



DEFENSOR PÚBLICO  
GERAL DO ESTADO

**André Luís Machado de Castro**

#### ÓRGÃOS DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

1º SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO  
*Denis de Oliveira Praça*

2º SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO  
*Rodrigo Baptista Pacheco*

CHEFIA DE GABINETE  
*Paloma Araújo Lamego*

CORREGEDORA GERAL  
*Eliane Maria Barreiros Aina*

SUBCORREGEDOR GERAL  
*Lincoln Cesar de Queiroz Lamellas*

ASSESSORIA DA CORREGEDORIA GERAL  
*Cristina Santos Ferreira*

*Isabella Maria de Paula Borba*  
*Simone Maria Soares Mendes*

SECRETÁRIA-GERAL  
*Marcia Cristina Carvalho Fernandes*

ASSESSOR PARLAMENTAR  
*Francisco Messias Neto*

COORDENADORA DE MOVIMENTAÇÃO  
*Marcia Cristina do Amaral Gomes*

ASSESSORES DA COORDENAÇÃO  
*Eduardo Rodrigues de Castro*  
*Alexandre de Carvalho Rodrigues Romo*

DIRETOR-GERAL DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS - CEJUR  
*José Augusto Garcia de Sousa*

DIRETORA DE CAPACITAÇÃO  
*Adriana Silva de Brito*

COORDENADORA GERAL DE ESTÁGIO E RESIDÊNCIA JURÍDICA  
*Maria de Fátima Abreu Marques Dourado*

OUIDOR GERAL  
*Pedro Daniel Strozenberg*

SUBOUIDOR GERAL  
*Odin Bonifacio Machado*

SUBCOORDENADORA DO CONCURSO  
*Márcia Cristina Carvalho Fernandes*

COORDENADORA DA CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM O  
CIDADÃO  
*Gabriela Varsano Cherem*

COORDENADORA GERAL DE PROGRAMAS INSTITUCIONAIS  
*Daniella Capelleti Vitagliano*

COORDENADOR-GERAL DO INTERIOR  
*Marcelo Leão Alves*

COORDENADORA CÍVEL  
*Cíntia Regina Guedes*

SUBCOORDENADORA CÍVEL  
*Simone Haddad Lopes de Carvalho*

COORDENADOR DE DEFESA CRIMINAL  
*Emanuel Queiroz Rangel*

DEFENSORIA PÚBLICA

www.dpge.rj.gov.br

## SUMÁRIO

Atos da Defensoria Pública-Geral .....	1
Avisos, Editais e Termos de Contratos .....	3

### Atos da Defensoria Pública-Geral

#### ATO DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO

**\*RESOLUÇÃO DPGE Nº 888 DE 18 DE JULHO DE 2017**

**REGULA O ESTÁGIO JUNTO AOS ÓRGÃOS DA  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE  
JANEIRO.**

**O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no  
desempenho legal de suas atribuições,

#### CONSIDERANDO:

- o disposto na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre  
os estágios de estudantes de ensino regular em instituições de educação  
superior;

- que o estágio é ato educativo escolar, que visa ao aprendizado de  
competências próprias da atividade profissional, favorecendo a  
complementação do ensino teórico com o aprendizado prático;

- que é interesse da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro  
integrar o itinerário formativo do educando, propiciando-lhe capacitação  
profissional através do exercício de efetivo estágio perante os seus órgãos  
de atuação;

- as transformações da atuação dos órgãos de execução da Defensoria  
Pública que requerem as devidas adaptações para ajuste das demandas  
atuais;

#### RESOLVE:

##### Das Disposições Gerais

Art. 1º - O Estágio, sob a direção da Defensoria Pública Geral do Estado do  
Rio de Janeiro, será formado por acadêmicos de Direito que,  
comprovadamente, estejam matriculados e frequentando o curso de Direito  
ou outras áreas afins, mantidos por estabelecimentos de ensino  
oficialmente reconhecidos, não podendo exceder o período de 02 (dois)  
anos, salvo quando se tratar de pessoa com deficiência.

§ 1º - São admitidos estagiários a partir do 1º período para atuação  
exclusiva no CRC - Central de Relacionamento com o Cidadão -, e a partir  
do 3º período para os demais órgãos, com exceção dos concursados, cuja  
periodicidade dependerá do que dispuser o regulamento do concurso no  
qual foi aprovado.

§ 2º - O Estágio é formado também por estagiários de nível superior de  
áreas afins à atividade da Defensoria Pública, e por estudantes de nível  
médio, aplicando-se a estes, no que couber, as disposições desta  
Resolução.

Art. 2º - Aos estagiários incumbe prestar auxílio aos órgãos de atuação da  
Defensoria Pública, mediante remuneração sem natureza salarial,  
acrescida de quantia referente a auxílio-transporte.

##### Da Seleção

Art. 3º - A seleção para o estágio será feita pela Coordenação de Estágio  
e Residência Jurídica, através da realização de concurso público, mediante  
convênio com empresas de recrutamento de estagiários ou mediante  
qualquer outra forma de avaliação a seu critério, observando-se os  
interesses institucionais.

**Parágrafo Único** - A seleção reservará 20% das vagas aos negros e  
índios, na forma da Lei Estadual 6067/2011, bem como 5% das vagas às  
pessoas com deficiência, na forma do art. 5º, III da Lei Estadual  
4151/2003.

Art. 4º - O acadêmico ao ser admitido ao Estágio deverá preencher  
cadastro, conforme modelo instituído pela Coordenação de Estágio e  
Residência Jurídica, apresentando, ainda, a seguinte documentação:

I - 2 (dois) retratos 3 x 4, de frente e com data máxima anterior a 6 (seis)  
meses da data do requerimento;

II - cópia da carteira de identidade;

III - cópia do CPF;

IV - comprovante de residência;

V - declaração atualizada da Faculdade, atestando o período em que está  
matriculado, as disciplinas já cursadas, bem como a frequência regular ao  
curso;

VI - declaração do próprio candidato atestando que não sofreu qualquer  
penalidade nem praticou atos desabonadores durante a sua vida  
acadêmica;

VII - declaração de que possui disponibilidade para cumprir a carga horária  
do estágio, que será estabelecida pela Coordenação de Estágio e  
Residência Jurídica, atendendo aos interesses institucionais.

Art. 5º - Não poderá reinscrever-se aquele que tenha sido excluído ou  
desligado do estágio por motivo relevante, devidamente certificado nos  
assentos da Coordenação Geral de Estágio e Residência Jurídica.

##### Das Vagas e da Admissão

Art. 6º - O número de vagas a serem preenchidas será fixado pela  
Coordenação de Estágio e Residência Jurídica, à qual cabe determinar a  
designação dos estagiários junto a cada órgão de atuação da Defensoria  
Pública, bem como removê-los de ofício ou a pedido, de modo a  
propiciar-lhes um aprendizado prático e eficiente, observando-se,  
conjuntamente, as necessidades e os interesses institucionais.

Art. 7º - O pedido de contratação deverá ser encaminhado à Coordenação  
de Estágio e Residência Jurídica até o dia 15 de cada mês para que a  
contratação possa ter validade a partir do dia 01 do mês seguinte.

**Parágrafo Único** - Os pedidos de contratação enviados após o dia 15 do  
mês vigente serão processados para vigor no prazo de até 45 dias,  
dependendo da data do envio do pedido.

Art. 8º - Os candidatos selecionados serão matriculados e admitidos à  
prestação do estágio pelo Coordenador de Estágio e Residência Jurídica,  
mediante a assinatura de Termo de Compromisso de Estágio e com a  
intervenção obrigatória da Instituição de Ensino, pelo prazo previsto para  
a sua frequência regular no respectivo curso, observado o limite referido no  
artigo 1º, sendo livremente dispensáveis durante qualquer fase do estágio,  
na forma do presente Regulamento.

**Parágrafo Único** - O Termo de Compromisso de Estágio a que se refere o  
caput será publicado, em extrato, no Diário Oficial do Estado do Rio de  
Janeiro, onde constará, ainda, o nome da seguradora e o valor do seguro  
contra acidentes pessoais, cuja apólice será compatível com os valores de  
mercado, realizado em benefício do estagiário.

Art. 9º - Recebido o respectivo Termo de Compromisso de Estágio, o  
estudante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos,  
devolvê-lo devidamente firmado pela Instituição de Ensino em que se  
encontra matriculado e frequentando regularmente.

**Parágrafo Único** - Somente com a devolução do Termo de Compromisso  
de Estágio, devidamente firmado pela Instituição de Ensino, o estudante  
será admitido no quadro de estagiários da Defensoria Pública do Estado do  
Rio de Janeiro, recebendo da Coordenação de Estágio e Residência  
Jurídica o seu termo de designação, indicando o órgão de atuação onde  
exercerá suas atividades.

##### Da Designação e Da Remoção

Art. 10 - No prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da devolução do Termo  
de Compromisso de Estágio, o estagiário deverá dirigir-se ao órgão da  
Defensoria Pública para o qual foi designado e apresentar-se ao Defensor  
Público em atuação no mesmo, a fim de entrar em exercício.

§ 1º - O estagiário deve restituir à Coordenação de Estágio e Residência  
Jurídica, em 07 (sete) dias úteis, o documento da designação, assinado e  
carimbado pelo respectivo Defensor Público. A não devolução do  
documento no prazo indicado acarretará a imediata suspensão do  
pagamento da bolsa-auxílio, se for o caso.

§ 2º - O comparecimento em órgão da Defensoria Pública diverso daquele  
designado pela Coordenação de Estágio e Residência Jurídica será  
considerado irregular, não sendo reconhecido, para nenhum efeito, como  
prática de estágio.

§ 3º - O Defensor Público em atuação no órgão designado será o supervisor  
do estágio a ser exercido.

**Art. 11** - O estagiário poderá ser removido para outro órgão da Defensoria  
Pública:

I - a pedido;

II - de ofício.

**Art. 12** - A remoção a pedido, salvo em casos excepcionais a critério da  
Coordenação de Estágio e Residência Jurídica, só poderá ser concedida  
após 06 (seis) meses de estágio no órgão para o qual foi designado e  
deverá vir acompanhada da ciência prévia do Defensor Público supervisor  
do estagiário, ficando seu deferimento sujeito à existência de vaga no novo  
órgão pretendido.

§ 1º - O requerimento de remoção deverá ser entregue à Coordenação de  
Estágio e Residência Jurídica na primeira quinzena de cada mês, nele  
constando a ordem de preferência na escolha do novo órgão de atuação,  
observando-se, ainda, a compatibilidade com a área regional de atuação  
do estagiário e o seu horário escolar.

§ 2º - O estagiário que solicitar remoção permanecerá em exercício no  
órgão em que estiver atuando até ser expedido o ato de remoção, sob pena  
de sanção disciplinar.

**Art. 13** - A remoção de ofício se fará a critério da Coordenação de Estágio  
e Residência Jurídica, por conveniência de aprendizado e treinamento  
profissional e/ou em razão das necessidades e interesses institucionais.

##### Da Bolsa-Auxílio e Da Frequência

**Art. 14** - Somente o estagiário contratado após o processo de seleção ao  
Estágio fará jus à remuneração de bolsa-auxílio fixada de acordo com os  
critérios estabelecidos pela Administração, observando-se a dotação  
orçamentária para tal e o disposto em Resolução própria do Defensor  
Público-Geral.

**Art. 15** - A carga horária do estágio será de 06 (seis) horas diárias e 30  
(trinta) horas semanais para o estagiário bolsista de nível superior,  
observando-se a compatibilidade com o horário do curso de graduação  
frequentado pelo estagiário, e de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas  
semanais para o estagiário bolsista de nível técnico.

§ 1º - A carga horária do estagiário bolsista deverá ser reduzida à metade  
nos períodos de avaliação escolar, desde que previamente informado ao  
Defensor Supervisor.

§ 2º - O dia obrigatório de comparecimento do estagiário em que não houver  
expediente forense será considerado de efetivo exercício.

**Art. 16** - Para efeito de cálculo da remuneração que trata o artigo 14, deverá  
o Defensor Público supervisor ou servidor por ele designado apresentar  
folha de frequência on line disponível no site oficial da DPGE  
(http://site.dpge.rj.gov.br/Institucional/Estagio), nos três dias úteis  
subsequentes ao dia 15 de cada mês, salvo orientação diversa da  
Coordenação e previamente comunicada ao Defensor Público  
Supervisor.

**Parágrafo Único** - O atraso na apresentação da frequência on line  
acarretará no não recebimento da bolsa-auxílio do respectivo mês na data  
de seu pagamento.

**Art. 17** - Poderá o estagiário ausentar-se, sem que acarrete desconto na  
bolsa auxílio, nos seguintes casos:

I - licença médica por um período máximo de 15 (quinze) dias corridos ou  
intercalados, a cada seis meses de estágio, desde que apresentado à  
Coordenação do Estágio e Residência Jurídica atestado médico, no qual  
conste o Código Internacional de Doenças (CID), bem como os dias de  
afastamento;

II - por 8 dias consecutivos, em razão do falecimento de cônjuge ou  
companheiro, de pai ou mãe, madrasta ou padrasto, irmão, filho ou  
enteado;

III - pelo dobro de dias de convocação, em virtude de requisição da Justiça  
Eleitoral durante o período de eleição;

IV - por 1 dia, para doação de sangue;

§ 1º - Na hipótese de licença médica por prazo superior a 15 dias, o  
estagiário será desligado, podendo retornar ao Programa de Estágio  
mediante nova contratação, após restabelecida sua saúde.

§ 2º - Nas hipóteses dos incisos II, III, IV, a comprovação será feita mediante  
entrega à Coordenação de Estágio e Residência Jurídica de documento  
próprio, conforme o caso.

**Art. 18** - Salvo o disposto no artigo anterior, as horas não trabalhadas serão  
descontadas do valor da bolsa-auxílio, exceto se forem compensadas, com  
a devida anuência do Defensor supervisor.

##### Da interrupção do estágio

**Art. 19** - O estagiário poderá, mediante requerimento ao Coordenador  
Geral de Estágio e Residência Jurídica, que o apreciará, licenciar-se do  
estágio, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, desde que devidamente  
justificada a necessidade do afastamento, sendo indispensáveis, para  
tanto, a manifestação de ciência do Defensor Público Supervisor, bem  
como a entrega do relatório do período imediatamente anterior ao início da  
interrupção.

§ 1º - Antes de decorridos 06 (seis) meses do início do estágio, não será  
concedida interrupção do estágio, salvo por motivos decorrentes de caso  
fortuito e/ou de força maior, devidamente comprovados.

§ 2º - Durante o período de interrupção não será realizado o pagamento de  
bolsa-auxílio.

**Art. 20** - A interrupção deverá ser requerida com antecedência mínima de  
15 dias do seu início, permanecendo o estagiário em exercício até a  
apreciação do pedido.

**Art. 21** - Finda o prazo deferido de interrupção, deverá o estagiário  
apresentar-se imediatamente à Coordenação de Estágio e Residência  
Jurídica, que determinará o órgão de atuação em que o mesmo prosseguirá  
com o seu estágio. Na hipótese de estagiário não concursado, sua  
readmissão dependerá da existência de vaga.

§ 1º - O não comparecimento do estagiário em 7 (sete) dias após o término  
da interrupção, acarretará o seu desligamento de ofício.



